



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DA PROPOSIÇÃO Nº 2/2012

REDAÇÃO FINAL À PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 2/2012

Altera a redação do inciso I do art. 99 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º O inciso I do art. 99 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99. ...

I – eleger seus órgãos diretivos na forma da Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura;

(...)."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2013.


Deputado **Wilson Quinteiro**
Presidente


Deputado **Elton Welter**
Relator


Deputado **Francisco Assis**
Relator


Deputado **Edio Rusch**

Paraná Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO - PEC 02/2012

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às 18h00min, reuniu-se, na sala da Presidência, Anexo ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial de Reforma à Constituição, sob a presidência do Deputado Wilson Quenteiro, para apreciar a Redação Final da Proposta de Emenda Constitucional nº 2/2012 de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Plínio Maré Guimarães e Raul Pereira. Constatado a existência do quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao senhor relator, Deputado Elton Welter, para que procedesse a leitura da Redação Final da Proposta de Emenda Constitucional. Ao continuar, seu texto foi submetido à discussão e votação pelo Senhor Presidente e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, a presente Ata foi devidamente lavrada e, após lida e aprovada, assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, pelo Relator e demais membros presentes.

Dep. WILSON QUENTEIRO
Presidente

Dep. ELTON WELTER
Relator

Dep. FRANCISCO BÜHRER
Membro Titular

Dep. ELIO RUSCH
Membro Suplente

Dep. CAÍTO QUINTANA
Membro Titular

22/01/2013

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CULTURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 17ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e treze, reuniu-se o Comissão Cultura, sob a presidência do deputado Péricles de Holleben Mello. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 051/2013, de autoria do Poder Executivo, tendo como relator o Deputado Pedro Lupion, com o seguinte Sumário: "Mensagem nº 014/2013 - Instina o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná". Opina-se pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes para que produza os efeitos legais.

Péricles de Holleben Mello - Presidente
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

Deputado Pedro Lupion
Membro

Deputado Bernardo Carli
Membro

Deputado Caio Quintana
Membro

Deputado Terezo Katz
Membro

Deputado Wilson Quenteiro
Membro

Deputado Raiza Rodrigues
Vice-Presidente

22/04/2013

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

ATA DE REUNIÃO 01/2013

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões anexa ao Plenário desta Casa de Leis, reuniram-se os membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, entre eles: Dep. Rose Litro, Dep. "Carosora" Mara Lima; Dep. Caio Quintana e Dep. Duílio Genari. Verificada a existência de número legal de membros, a Senhora Presidente, Deputada Rose Litro, declarou abertos os trabalhos da Comissão e agradeceu a presença de todos. Após a leitura da ata da sessão anterior, foi feita, também, a leitura do Parecer Favorável referente aos Projetos e de Lei: PL nº 367/12 de

autoria do Dep. Gilson de Souza - Anexado ao Projeto de Lei nº 379/12 de autoria do Dep. Dr. Baista - com Súmula "Altera Dispositivo da Lei Estadual nº 12.242 de 31 de julho de 1998 com nova redação pela Lei nº 13.329 de 16 de abril de 2001, lei que proíbe a utilização e aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos", tendo como relator o Dep. Caio Quintana, o qual foi aprovado por esta Comissão Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a todos e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Grace Claire Ascenço Feiber e Hildene Prochlik, Secretárias da Comissão, lavramos a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

Deputada Rose Litro
Presidente

Deputada "Carosora" Mara Lima
Vice-Presidente

Deputado Caio Quintana

Deputada Maria Tereza

Deputado Waldyr Pugliesi
Suplente

Deputada Luciana Rafagnin

Deputado Duílio Genari
Suplente

Grace Claire Ascenço Feiber
Secretária

Hildene Prochlik
Secretária

22/01/2013

Atos de Pessoal

Diretorias

INTIMAÇÃO POR EDITAL

CONVOCAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná convoca a servidora aposentada, Sra. LIDIA DORA FAZZINI FERRARO, Matrícula nº 40.276, portadora de CI RG nº 721.428-6/PR, inscrita no CPF/MF 353.874.169-72, para comparecer à Diretoria de Pessoal desta Casa de Leis, situada na Praça Nossa Senhora Solene, s/n, Centro Cívico, Curitiba/PR, ao prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta, com intuito de regularizar o seu processo de aposentadoria.

Gabinete da Diretoria de Pessoal, em 12 de março de 2013.

BRUNO PEROZZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

22/03/2013

Editais e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2011

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: DIMAS DE MELO PIMENTA SISTEMAS DE PONTO E ACESSO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de relógios eletrônicos de ponto para a Assembleia.
VALOR: R\$ 11.940,00 (onze mil novecentos e quarenta reais)
PRAZO: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO: 001.001.2800.4490.5214

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 031/2011

22/03/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

VENCEDOR: RODRIGUES DO AMARAL E FILHO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento, instalação e retirada de aparelhos de ar condicionado para a Assembleia.

VALOR TOTAL: R\$ 27.750,00

Pregoeira: Eliana Deleuzuk Ingles

Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico

22/04/2013



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 491/12

Institui o Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense, a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

Art. 1º Fica instituído o Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense, a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 520/12

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei, a ser realizado no segundo sábado do mês de setembro, no Município de Porto Amazonas.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei, a ser realizado no segundo sábado do mês de setembro, no Município de Porto Amazonas.

Art. 2º A realização do evento ficará a cargo da Igreja Menonita de Porto Amazonas, que o fará contando com parcerias e apoio dos órgãos oficiais que se disponham a tal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 558/12

Institui o Dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







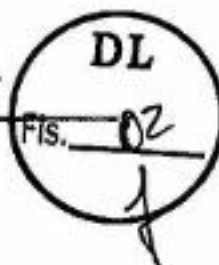
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 OUT 2012

Kry
1º Secretário

da Deputada Cantora Mara Lima



PROJETO DE LEI Nº 514 / 2012

Súmula: Declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MANANCIAL, com sede e foro na cidade de São João do Ivaí.

Art. 1º Fica Declarado de Utilidade Pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MANANCIAL, com sede e foro na cidade de São João do Ivaí.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2012.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MANANCIAL, consiste numa entidade com fins sociais, fundada em 05 de fevereiro de 1982, com tempo de fundação indeterminado, e está situado na Rua Presidente Kenedy, nº 122 e tem sua sede e foro na cidade de São João do Ivaí, neste Estado do Paraná.

Trata-se de uma entidade civil de caráter beneficente, filantrópico e sem fins lucrativos, sem distinção de raça, cor, sexo, credo religioso, político ou social.

Seus estatutos estão registrados no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, de São João do Ivaí, conforme certidão do Cartório do Distribuidor da Comarca de São João do Ivaí.

Seus serviços serão gratuitos e permanentes, sem qualquer discriminação, atendendo ao cidadão necessitado.

Suas finalidades e objetivos são atendimentos básicos ao idoso; cuidados ao abandono de crianças e adolescentes, órfãos em casa (no lar) ou fora deles.

Possui um departamento de educação e cultura, com ensino de artesanato, música, arte e biblioteca.

Seus diretores não são remunerados, conforme constam as certidões registradas em cartório, conforme exigência da lei.

Não tem pendências judiciais e nem no Tribunal de Contas, conforme certidões em anexo e encontra-se registrada na Coordenadoria do Bem Esta Social, divisão de organização da comunidade, da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, desde 05 de fevereiro de 1982.

Desta forma, propomos sua aprovação e pedimos o apoio dos demais parlamentares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 514/12

Projeto de Lei nº. 514/12

Autora: Deputada Estadual Cantora Mara Lima

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MANANCIAL**, com sede e foro no Município de São João do Ivaí.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MANANCIAL**, com sede e foro no Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

unanimidade 05/08/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

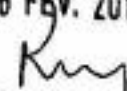
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI



Projeto de Lei N.º 34 /2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 FEV. 2013


1º Secretário

SÚMULA: Institui o reconhecimento de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE IBIPORÃ - APASI, com sede e foro no município de Ibiporã.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE IBIPORÃ - APASI, com sede e foro no município de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2013.


Deputado Enio Verri



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI



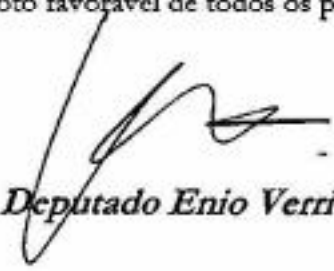
JUSTIFICATIVA

A APASI - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE IBIPORÃ é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação de caráter beneficente, assistencial, educativo e cultural, cuja finalidade precípua é assegurar o atendimento permanente direto e gratuito às pessoas com surdez.

Esta Associação busca promover, através da divulgação de informações e de conhecimentos técnicos e científicos das atividades exercidas, a formação de instrutores e monitores surdos no que refere-se à Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), na experimentação não lucrativa de modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego, assegurando o atendimento permanente e gratuito às pessoas com surdez.

Para que a APASI - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE IBIPORÃ possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a Utilidade Pública Estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os pares desta Casa de Leis.


Deputado Enio Verri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 34/2013

Projeto de Lei nº. 34/2013
Autor: Deputado Enio Verri

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE IBIPORÃ (APASI), com sede e foro no Município de Ibiporã.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Enio Verri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE IBIPORÃ (APASI), com sede e foro no Município de Ibiporã.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também se encontram devidamente reguladas pelo presente estatuto.

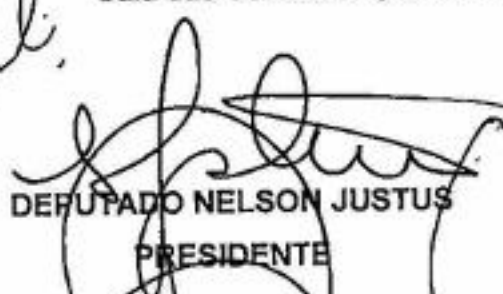
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

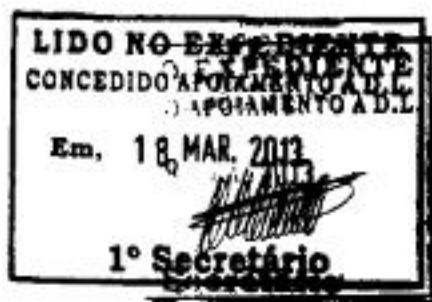
APROVADO

unanimemente 05.03.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Nelson Justus

PROJETO DE LEI Nº 79 /2013

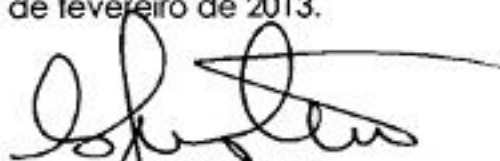


Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pirai do Sul - APAE de Pirai do Sul", com sede e foro no Município de Pirai do Sul - Estado do Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a "**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pirai do Sul - APAE de Pirai do Sul**", com sede e foro no Município de Pirai do Sul, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2013.


NELSON JUSTUS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Nelson Justus

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar a Utilidade Pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraí do Sul – APAE de Piraí do Sul**, uma vez que tal instituição desenvolve atividades de interesse da comunidade na área de assistência social, filantrópica, educacional cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, de desporto, dentre outras atividades.

Tais atividades são desenvolvidas a fim de promover melhoria na vida das pessoas com deficiência, bem como a busca da integração em âmbito municipal, Estadual e Federal na formulação de políticas públicas para promover os objetivos da entidade.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 79/2013

Projeto de Lei nº. 79/13

Autor: Deputado Estadual Nelson Justus

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRAÍ DO SUL – APAE DE PIRAÍ DO SUL", com sede e foro no Município de Pirai do Sul – Estado do Paraná.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRAÍ DO SUL – APAE DE PIRAÍ DO SUL**, com sede e foro no Município de Pirai do Sul, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis. (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também se encontram devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR